



DISSONÂNCIA

Revista de Teoria Crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título Agressividade em sociedades industriais
avançadas

Autor(a) Herbert Marcuse

Tradutor(a) Inara Luisa Marin e Ricardo Crissiúma

Fonte Dossiê Herbert Marcuse, Parte 2 (*Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, volume 2, número 1. 2, junho de 2018)

Como citar este artigo:

Marcuse, Herbert. “Agressividade em sociedades industriais avançadas”. Trad. Inara Luisa Marin e Ricardo Crissiúma. *Dossiê Herbert Marcuse, Parte 2 (Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 2, n. 1. 2), p. 20-41, junho de 2018.

AGRESSIVIDADE EM SOCIEDADES INDUSTRIAIS AVANÇADAS (1967)

Herbert Marcuse

Tradução de Inara Luisa Marin e Ricardo Crissiúma

Proponho considerar aqui as deformações e tensões na chamada “sociedade afluyente”, uma expressão que (com ou sem razão) foi cunhada para descrever a sociedade norte-americana contemporânea. Suas principais características são: (1) uma capacidade industrial e técnica abundante que é em grande parte empregada na produção e distribuição de bens de luxo, *gadgets*, resíduos, obsolescência planejada, ou equipamento militar ou semimilitar – em suma, no que os economistas e sociólogos costumam chamar bens e serviços “improdutivos”; (2) uma melhoria do nível de vida, que também se estende a partes da população que eram anteriormente desprivilegiadas; (3) um alto grau de concentração de poder econômico e político, combinado com um alto grau de organização e intervenção do governo na economia; (4) investigações científicas e pseudocientíficas, controle e manipulação do comportamento privado e em grupo, tanto no trabalho como no lazer (incluindo o comportamento da psique, da alma, do inconsciente e subconsciente) para fins comerciais e políticos. Todas essas tendências estão inter-relacionadas: eles compõem a síndrome que expressa o

funcionamento normal da “sociedade afluyente”. Demonstrar essa inter-relação não é a minha tarefa aqui; tomo sua existência como base sociológica para a tese que desejo submeter, nomeadamente, que as tensões e pressões sofridas pelo indivíduo na sociedade afluyente são baseadas no funcionamento normal desta sociedade (e do indivíduo!) em vez de em seus distúrbios e doenças.

“Funcionamento normal”: acho que a definição não apresenta dificuldades para o médico. O organismo funciona normalmente se operar, sem perturbação, de acordo com a composição biológica e fisiológica do corpo humano. As faculdades e capacidades humanas são certamente muito diferentes entre os membros da espécie, e a própria espécie mudou muito no decorrer de sua história, mas estas mudanças ocorreram em uma base biológica e fisiológica que se manteve praticamente constante. Para ter certeza, o médico, ao fazer o seu diagnóstico e na proposição de tratamento, terá em conta o ambiente do paciente, educação e ocupação; esses fatores podem limitar a extensão em que o funcionamento normal pode ser definido e alcançado, ou podem até mesmo tornar esse objetivo impossível, mas, como critério e meta, a normalidade continua a ser um conceito claro e significativo. Como tal, ele é idêntico a “saúde”, e os vários desvios em relação a ele são os vários níveis de “doença”.

A situação do psiquiatra parece ser bastante diferente. À primeira vista, a normalidade parece ser definida ao longo das mesmas linhas que o médico utiliza. O funcionamento normal da mente (psique, psique-soma) é o que habilita o indivíduo a agir, a funcionar de acordo com sua posição como criança, adolescente, pai, como solteiro ou casado, de acordo com o seu trabalho, profissão, status. Mas essa definição contém fatores de uma dimensão inteiramente nova, a saber, o da sociedade, e esta é um fator de normalidade em um sentido muito mais essencial do que a influência externa, tanto que

“normal” parece ser uma condição social e institucional em vez de uma individual. Provavelmente, é fácil chegarmos a um acordo sobre o que é o funcionamento normal do trato digestivo, dos pulmões e do coração, mas o que é o normal funcionamento da mente no ato sexual, em outras relações interpessoais, no trabalho e no lazer, em uma reunião de um conselho de administração, no campo de golfe, nas favelas, na prisão, no exército? Enquanto o funcionamento normal do trato digestivo ou do pulmão pode ser o mesmo no caso de um executivo de empresa saudável e de um trabalhador saudável, isso não é verdade para suas mentes. De fato, um seria muito anormal se pensasse, sentisse e operasse regularmente como o outro. E o que é fazer amor “normal”, uma família “normal”, uma ocupação “normal”?

O psiquiatra pode proceder como o clínico geral e direcionar a terapia para fazer o paciente funcionar dentro da sua família, no seu trabalho ou ambiente, tentando ao mesmo tempo influenciar ou até alterar os fatores ambientais tanto quanto estes estejam em seu poder. Os limites não tardarão a se fazer sentir, por exemplo, se as tensões mentais e estresse do paciente são causados não apenas por determinadas condições ruins em seu trabalho, na vizinhança, no seu status social, mas pela própria *natureza* do trabalho, da vizinhança, da situação em si – em sua condição normal. Então, torná-lo normal para essas condições significaria normalizar as tensões e pressões, ou para dizer isso mais brutalmente: torná-lo capaz de ser doente, de viver sua doença como a saúde, sem que perceba que está doente precisamente quando vê a si mesmo e é visto como saudável e normal. Este seria o caso se seu trabalho fosse, por sua própria natureza, “aliviante”, entorpecente, ou um desperdício (mesmo que o trabalho pague bem e seja “socialmente” necessário), ou se a pessoa pertencesse a um grupo minoritário que seja desprivilegiado na sociedade estabelecida, tradicionalmente uma pessoa pobre, ocupada principalmente em

trabalhos manuais, “sujos” e servis. Mas esse também seria o caso (de formas muito diferentes) do outro lado da cerca entre os magnatas dos negócios e da política, onde o desempenho eficiente e rentável requer (e reproduz) as qualidades de impiedade inteligente, indiferença moral, e agressividade persistente. Nesses casos, o funcionamento “normal” seria o equivalente a uma distorção e mutilação de um ser humano – não importa quão modestamente se poderiam definir as qualidades humanas de um ser humano. Erich Fromm escreveu *The Sane Society*; o livro trata não da sociedade estabelecida, mas de uma sociedade futura, futuro, implicando que a sociedade estabelecida não é sã, mas insana. Não é o indivíduo que funciona normalmente, adequadamente e sadiamente como cidadão de uma sociedade doente – não é esse indivíduo ele mesmo doente? E uma sociedade doente não requereria um conceito antagônico de saúde mental, um meta-conceito designando (e preservando) qualidades mentais que são tornadas tabus, são aprisionadas ou distorcidas pela “sanidade” que predomina na sociedade doente? (Por exemplo, a saúde mental seria igual à capacidade de viver como um dissidente, para viver uma vida não ajustada).

Como uma tentativa de definição de “sociedade doente”, podemos dizer que uma sociedade está doente quando as suas instituições e relações básicas, a sua estrutura, são de tal forma que elas não permitem o uso do material disponível e recursos intelectuais para o melhor desenvolvimento e satisfação das necessidades individuais. Quanto maior a discrepância entre o potencial e as condições humanas reais, maior é a necessidade social para o que chamo de “mais-repressão”, isto é, a repressão não necessária em virtude do crescimento e preservação da civilização, mas pelo interesse em manter uma sociedade estabelecida. A mais-repressão introduz (por cima e além, ou melhor, por baixo dos conflitos sociais) novas

deformações e tensões nos indivíduos. Geralmente tratada pelo funcionamento normal do processo social, que garante o ajuste e submissão (medo de perda de emprego ou status, o ostracismo e assim por diante), nenhuma política coercitiva especial com respeito à mente é necessária. Mas, na sociedade afluyente contemporânea a discrepância entre os modos estabelecidos de existência e as reais possibilidades de liberdade humana é tão grande que, a fim de evitar uma explosão, a sociedade tem que assegurar uma coordenação mental mais efetiva dos indivíduos: nas suas dimensões inconsciente, bem como conscientes, a psique é aberta e submetida a manipulação e controle sistemático.

Quando falo da mais-repressão “necessária” para a manutenção de uma sociedade, ou da necessidade de manipulação e controle sistemático, não me refiro às necessidades sociais experienciadas individualmente e às políticas conscientemente postas em vigor: elas podem assim ser experienciadas e postas em vigor, ou não. Prefiro falar de tendências, forças que podem ser identificadas por uma análise da sociedade existente e que se afirmam mesmo que as pessoas que fazem as políticas públicas não estejam cientes delas. Elas expressam os requisitos do aparelho estabelecido de produção, distribuição e consumo – requisitos mentais, econômicos, técnicos e políticos que têm de ser cumpridos para garantir o funcionamento contínuo do aparelho do qual a população depende, e a função continuadora das relações sociais derivadas da organização desse aparelho. Essas tendências objetivas tornam-se manifestas nas tendências da economia, na mudança tecnológica, na política interna e externa de uma nação ou grupo de nações, e geram necessidades e objetivos supra-individuais comuns nas diferentes classes sociais, grupos de pressão e partidos. Nas condições normais de coesão social, as tendências objetivas substituem ou absorvem interesses e objetivos

individuais sem explodir a sociedade; no entanto, o interesse particular não é simplesmente determinado pelo universal: o primeiro tem um alcance próprio de liberdade, e contribui, de acordo com a sua posição social, para a formação do interesse geral – mas sem uma revolução, as necessidades particulares e objetivos vão continuar definidos pelas tendências objetivas predominantes. Marx acreditava que elas se afirmam “às costas” dos indivíduos; nas sociedades avançadas de hoje isso é verdade apenas com fortes reservas. A engenharia social, a gestão científica da empresa e das relações humanas, e a manipulação de necessidades instintivas são praticadas no nível de formulação de políticas que testemunham o grau de consciência dentro da cegueira geral.

Quanto à manipulação sistemática e controle da psique na sociedade industrial avançada: manipulação e controle para quê e por quem? Além de toda manipulação particular no interesse de certos negócios, políticas e lobbies – o propósito geral objetivo é conciliar o indivíduo com o modo de existência que sua sociedade lhe impõe. Devido ao alto grau de mais-repressão envolvidos em tal reconciliação, é necessário atingir um investimento libidinal da mercadoria que o indivíduo tem de comprar (ou vender), os serviços que ele tem para usar (ou executar), a diversão que ele tem para desfrutar, os símbolos de status que ele tem de transportar – necessário, porque a existência da sociedade depende da sua produção e consumo ininterrupto. Em outras palavras, as necessidades sociais devem tornar-se necessidades individuais, necessidades instintivas. E na medida em que a produtividade desta sociedade exige a produção em massa e consumo de massa, essas necessidades devem ser padronizadas, coordenadas e generalizadas. Certamente, esses controles não são uma conspiração, eles não são centralizados em qualquer agência ou grupo de agências (embora a tendência para a

centralização esteja ganhando força); eles são bastante difundidos pela sociedade, exercidos pelos vizinhos, pela comunidade, pelos grupos de pares, pelos meios de comunicação, pelas corporações e (talvez menos) por parte do governo. Mas eles são executados com a ajuda ou, na verdade, são tornados possíveis pela ciência, pelas ciências sociais e comportamentais e, especialmente, pela sociologia e psicologia. Como sociologia industrial e psicologia, ou, mais eufemisticamente, como “ciência das relações humanas”, estes esforços científicos tornaram-se uma ferramenta indispensável nas mãos dos poderes constituídos.

Estas breves observações sugerem a profundidade do ingresso da sociedade na psique, na medida em que a saúde mental, a normalidade, não é a do indivíduo, mas de sua sociedade. Tal harmonia entre o indivíduo e a sociedade seria altamente desejável se a sociedade oferecesse ao indivíduo as condições para a seu desenvolvimento como ser humano de acordo com as possibilidades disponíveis de liberdade, paz e felicidade (ou seja, em acordo com a possível liberação de seus instintos de vida), mas é altamente destrutivo para o indivíduo se essas condições não prevalecem. Onde elas não prevalecem, o indivíduo saudável e normal é um ser humano equipado com todas as qualidades que lhe permitem dar-se bem com os outros em sua sociedade, e essas mesmas qualidades são as marcas da repressão, as marcas de um ser humano mutilado, que colabora com sua própria repressão, com a contenção do potencial da liberdade individual e social, com a liberação da agressão. E essa situação não pode ser resolvida no quadro da terapia e da psicologia individual, nem no âmbito de qualquer psicologia – uma solução só pode ser considerada no nível político: na luta contra a sociedade. Certamente, a terapia poderia demonstrar essa situação e preparar o terreno mental para essa luta – mas a psiquiatria seria, assim, uma tarefa subversiva.

A questão agora é saber se as tensões na sociedade norte-americana contemporânea, na sociedade afluyente, sugerem a prevalência de condições essencialmente negativas para o desenvolvimento individual, no sentido que acabamos de discutir. Ou, para formular a questão em termos mais indicativos da abordagem que proponho: Será que essas tensões viciam a própria possibilidade de desenvolvimento individual “saudável” – saudável definido em termos de desenvolvimento ideal das faculdades intelectuais e emocionais? A questão exige uma resposta afirmativa, ou seja, esta sociedade vicia desenvolvimentos individuais, se as tensões predominantes estão relacionadas com a própria estrutura desta sociedade e se ativam em seus membros necessidades instintivas e satisfações que colocam os indivíduos contra si mesmos para que eles reproduzam e intensifiquem a sua própria repressão.

À primeira vista, as tensões em nossa sociedade parecem ser aquelas características de qualquer sociedade que se desenvolve sob o impacto de grandes mudanças tecnológicas: elas iniciam novos modos de trabalho e de lazer e afetam, assim, todas as relações sociais, e realizam uma transvaloração minuciosa de valores. Desde de que o trabalho físico tende a se tornar cada vez mais desnecessário e até mesmo um desperdício, já que o trabalho dos assalariados também se torna cada vez mais “automático” e o dos políticos e administradores cada vez mais questionável, o conteúdo tradicional da luta pela existência parece mais sem sentido e sem substância quanto mais se apresenta como necessidade desnecessária. Mas a alternativa futura, a saber, a possível abolição do trabalho (alienado) parece igualmente sem sentido, ou melhor, assustadora. E, de fato, se alguém visar essa alternativa como progresso e desenvolvimento do sistema *estabelecido*, então o deslocamento do conteúdo da vida ao tempo livre

sugere a imagem de um pesadelo: autorrealização massiva, divertimento, esporte em um espaço cada vez mais reduzido.

Mas a ameaça do “fantasma de automação” é ela mesma ideologia. Por um lado, serve à perpetuação e reprodução de empregos e ocupações tecnicamente obsoletas e desnecessárias (desemprego como condição normal, mesmo que confortável, parece pior do que o trabalho de rotina entorpecente); por outro lado, justifica e promove a educação e formação dos gestores e homens que organizam o lazer, ou seja, serve para prolongar e ampliar o controle e a manipulação.

O perigo real para o sistema estabelecido não é a abolição do trabalho, mas a possibilidade de trabalho não alienado como base da reprodução da sociedade. Não que as pessoas não sejam mais obrigadas a trabalhar, mas que elas possam ser compelidas a trabalhar para uma vida muito diferente e em relações muito diferentes, que possam ser dados objetivos e valores muito diferentes, que possam viver com uma moralidade muito diferente – esta é a “negação definitiva” do sistema estabelecido, a alternativa libertadora. Por exemplo, o trabalho socialmente necessário pode ser organizado para tais esforços como a reconstrução das cidades e municípios, a relocação dos locais de trabalho (de modo que as pessoas aprendam de novo como andar), a construção de indústrias que produzem bens sem obsolescência embutida, sem desperdício rentável e de má qualidade, e a sujeição do ambiente para as necessidades estéticas vitais do organismo. Certamente, traduzir essa possibilidade em realidade significaria eliminar o poder dos interesses dominantes que, pela sua própria função na sociedade, se opõem a um desenvolvimento que reduziria à iniciativa privada a um papel menor, que acabaria com a economia de mercado e com a política de preparação, expansão e intervenção militar – em outras palavras: um desenvolvimento que inverteria toda a tendência predominante. Há pouca evidência para tal

desenvolvimento. Nesse meio tempo, e com os meios novos e terrivelmente eficazes e totais fornecidos pelo progresso técnico, a população está física e mentalmente mobilizada contra esta eventualidade: eles devem continuar a luta pela existência em formas dolorosas, caras e obsoletas.

Esta é a verdadeira contradição que se traduz a partir da estrutura social na estrutura mental dos indivíduos. Ali, ela ativa e agrava tendências destrutivas que, em um modo quase sublimado, são tornadas socialmente úteis no comportamento dos indivíduos, tanto no nível privado quanto no nível político – no comportamento da nação como um todo. Energia destrutiva torna-se energia agressiva socialmente útil, e o comportamento agressivo impulsiona o crescimento – o crescimento do poder econômico, político e técnico. Assim como no empreendimento científico contemporâneo, também no empreendimento econômico e no da nação como um todo as realizações construtivas e destrutivas trabalham para a vida e trabalham para a morte, procriação e morte estão indissoluvelmente unidas. Restringir a exploração da energia nuclear significaria restringir seu potencial militar pacífico; a melhoria e proteção da vida aparecem como subprodutos do trabalho científico sobre o aniquilamento da vida; restringir a procriação também significaria restringir o potencial de mão de obra e do número potencial de clientes e consumidores. Agora, a transformação (mais ou menos sublimada) de energia destrutiva em agressiva (e, desse modo, construtiva) socialmente útil é, de acordo com Freud (em cuja teoria dos instintos baseio minha interpretação), um processo normal e indispensável. Isto é parte da mesma dinâmica pela qual a libido, energia erótica, é sublimada e faz-se socialmente útil; os dois impulsos opostos são forçados juntos e, unidos nesta dupla transformação, eles se tornam os veículos mentais e orgânicos da civilização. Mas não

importa o quão estreita e eficaz seja sua união, sua respectiva qualidade permanece inalterada e contrária: agressão ativa destruição que “objetiva” a morte, enquanto libido procura a preservação, proteção e melhoria de vida. Portanto, é somente enquanto trabalha a serviço de Eros que a destruição serve à civilização e ao indivíduo; Se a agressão torna-se mais forte do que o seu homólogo erótico, a tendência é invertida. Além disso, na concepção freudiana, a energia destrutiva não pode se tornar mais forte sem reduzir a energia erótica: o equilíbrio entre os dois impulsos primários é um equilíbrio quantitativo; a dinâmica instintiva é mecanicista, distribuindo um quantum de energia disponível entre os dois antagonistas.

Atualizei brevemente a concepção de Freud na medida em que vou usá-la para discutir a profundidade e o caráter das tensões predominantes na sociedade norte-americana. Sugiro que as tensões derivam da contradição básica entre as capacidades desta sociedade, que poderiam produzir essencialmente novas formas de liberdade equivalentes a uma subversão das instituições estabelecidas, por um lado, e o uso repressivo dessas capacidades, por outro. A contradição explode – e é, ao mesmo tempo “resolvida” e “contida” – na agressão onipresente nessa sociedade. Sua manifestação mais visível (mas nem por isso isolada) é a mobilização militar e seu efeito sobre o comportamento mental dos indivíduos, mas dentro do contexto da contradição básica, a agressividade é alimentada por muitas fontes. As seguintes parecem ser as mais importantes:

(1) *A desumanização do processo de produção e consumo.* O progresso técnico é idêntico à crescente eliminação de iniciativa pessoal, inclinação, gosto e necessidade do fornecimento de bens e serviços. Esta tendência é libertadora se os recursos e técnicas disponíveis são usados para libertar o indivíduo do trabalho e de lazer, que são necessários para a reprodução das instituições estabelecidas,

mas são parasitários, inúteis e desumanizantes em termos das capacidades técnicas e intelectuais existentes. A mesma tendência muitas vezes gratifica hostilidade.

(2) *As condições de aglomeração, barulho e exposição, característicos da sociedade de massas.* Como René Dubos afirmou, a necessidade de “calma, privacidade, independência, iniciativa e algum espaço aberto” não são “frescura ou luxo, mas constituem necessidades biológicas reais”. Sua falta fere a própria estrutura instintiva. Freud enfatizou o caráter “associal” de Eros – a sociedade de massa alcança uma ‘socialização exacerbada’ para qual o indivíduos reagem “com todos os tipos de frustrações, repressões, agressões e medos que logo se transformam em neuroses genuínas”.

Eu mencionei, como a mobilização social mais visível da agressividade, a militarização da sociedade afluyente. Esta mobilização vai muito além do projeto real de mão de obra e o crescimento da indústria armamentista: seus aspectos verdadeiramente totalitários se manifestam na mídia de massa diária que alimenta a “opinião pública”. A brutalização da linguagem e da imagem, a apresentação de assassinatos, queimas envenenamento e tortura infligidos às vítimas do massacre neocolonial é feita em um estilo de senso-comum, factual, às vezes cheio de humor, estilo esse que integra tais horrores com brincadeiras de adolescentes infratores, competições de futebol, acidentes, relatórios do mercado de ações e a previsão do tempo. Não se trata mais do heroísmo “clássico” da matança em nome do interesse nacional, mas sim de sua redução ao mesmo nível de eventos naturais e contingências da vida diária.

A consequência é uma “habituação psicológica à guerra” que é administrada a um povo protegido da realidade da guerra, um povo que, em virtude desse hábito, facilmente familiariza-se com as “taxas de assassinato”, uma vez que já está familiarizado com outras “taxas”

(tais como os de negócios ou do trânsito ou do desemprego). As pessoas estão condicionadas a viver “com os perigos, as brutalidades e as vítimas montantes da guerra no Vietnã, assim como elas aprendem gradualmente a viver com os riscos cotidianos das vítimas do tabagismo, da poluição atmosférica ou do trânsito”.¹ As fotos que aparecem nos cotidianos e revistas de circulação em massa, muitas vezes em cor agradável e brilhante, mostram fileiras de prisioneiros expostos ou enfileirados para “interrogatório”, crianças pequenas atrás de carros blindados arrastadas na poeira, mulheres mutiladas. As fotos não são nada novas (“essas coisas acontecem em uma guerra”), mas é o modo de exposição que faz a diferença: sua aparição no programa regular, em união com os comerciais, esportes, política local e relatos sobre o conjunto social. E a brutalidade do poder é ainda normalizada pela sua extensão para o automóvel amado: os fabricantes vendem um *Thunderbird*, *Fury*, *Tempest*, e a indústria do petróleo coloca “um tigre no seu tanque”.

No entanto, a linguagem administrada é rigidamente discriminatória: um vocabulário específico de ódio, ressentimento e difamação é reservado para a oposição às políticas agressivas e para o inimigo. O padrão se repete constantemente. Assim, quando os estudantes se manifestam contra a guerra, é uma “multidão” agregada por “defensores barbudos da liberdade sexual”, por moleques sujos, e por “arruaceiros e meninos de rua” que “vagabundeiam” nas ruas, enquanto a contra-manifestação consiste na reunião de cidadãos. No Vietnã, “violência comunista tipicamente criminosa” é perpetrada contra “operações estratégicas” americanas. Os Vermelhos têm a

1 I. Ziferstein no UCLA *Daily Bruin*, Los Angeles, 25 mai. 1966. Ver também: M. Grotjahn, “Some Dynamics of Unconscious and Symbolic Communication in Present-Day Television”. In: *The Psychoanalytic Study of Society*, III (org. W. Muensterberger e S. Axelrad). New York: International Universities Press, 1964, p. 356 ss., e *Psychiatric Aspects of the Prevention of Nuclear War*. New York: Group for the Advancement of Psychiatry, 1964, *passim*.

impertinência de lançar “um ataque furtivo” (presumivelmente eles deveriam anunciar de antemão e levá-lo a cabo a céu aberto); eles estão “fugindo de uma armadilha mortal” (presumivelmente eles deveriam ter ficado). Os Vietcongues atacam as barracas americanas “na calada da noite” e matam soldados americanos (presumivelmente, os americanos só atacam em plena luz do dia, não perturbam o sono do inimigo, e não matam meninos vietnamitas). O massacre de centenas de milhares de comunistas (na Indonésia) é chamado de “impressionante” – uma comparável “taxa de assassinatos” sofrida pelo outro lado dificilmente seria honrada com tal adjetivo. Para os chineses, a presença de tropas americanas no Leste da Ásia é uma ameaça a sua “ideologia”, enquanto que, presumivelmente, a presença de tropas chinesas na América Central ou do Sul seria uma ameaça real e não apenas ideológica para os Estados Unidos.

Os recursos de linguagem carregados de acordo com a receita orwelliana da identidade dos opostos: na boca do inimigo, a paz significa guerra e defesa é ataque, enquanto no lado justo, escalada é contenção, e bombardeio de saturação prepara para a paz. Organizada desta forma discriminatória, a linguagem designa a priori o inimigo como o mal em sua totalidade e em todas as suas ações e intenções.

Essa mobilização da agressividade não pode ser explicada pela magnitude da ameaça comunista: a imagem do inimigo ostensivo é inflada fora de qualquer proporção com a realidade. O que está em jogo é preferencialmente a contínua estabilidade e o crescimento de um sistema que é ameaçado por sua própria irracionalidade – pela base estreita em que a sua prosperidade repousa, pela desumanização demandada pelos seus afluentes parasitários e residuais. A guerra sem sentido é em si parte dessa irracionalidade e, portanto, da essência do sistema. O que pode ter sido um envolvimento menor no início, quase um acidente, uma contingência da política externa, tornou-se um caso

de teste para a produtividade, a competitividade e o prestígio do todo. Os bilhões de dólares gastos para o esforço de guerra são um estímulo (ou cura) político e econômico: uma grande maneira de absorver parte do excedente econômico e de manter as pessoas na linha. Uma derrota no Vietnã pode muito bem ser o sinal para outras guerras de libertação mais próximas de casa – e talvez até mesmo para a rebelião em casa.

Certamente, a utilização social da agressividade pertence à estrutura histórica da civilização e tem sido um poderoso veículo de progresso. No entanto, também aqui, há uma fase em que quantidade pode se transformar em qualidade e subverter o equilíbrio normal entre os dois instintos primários em favor da destruição. Mencionei o “fantasma da automação”. Na verdade o fantasma real para a sociedade afluyente é a possível redução do trabalho a um nível onde o organismo humano não precisa mais funcionar como instrumento de trabalho. O mero declínio quantitativo da força de trabalho humana milita contra a manutenção do modo de produção capitalista (assim como de todos os outros modos de produção exploradores). O sistema reage intensificando a produção de bens e serviços que não aumentam o consumo individual, ou o aumentam com luxo – luxos em face de pobreza persistente, mas luxos que são necessidades para ocupar uma força de trabalho suficiente para reproduzir as instituições econômicas e políticas estabelecidas. Na medida em que este tipo de trabalho aparece como supérfluo, sem sentido e desnecessário, mas ao mesmo tempo é necessário para ganhar a vida, a frustração é embutida na própria produtividade desta sociedade, e a agressividade é ativada. E na medida em que a sociedade em sua própria estrutura se torna agressiva, a estrutura mental de seus cidadãos ajusta-se: o indivíduo torna-se no mesmo momento e ao mesmo tempo mais agressivo e mais flexível e submisso, para que ele se submeta a uma sociedade

que, por virtude de sua riqueza e poder, satisfaz as suas necessidades instintivas mais profundas (e, no entanto, enormemente reprimidas). E essas necessidades instintivas, aparentemente, encontram sua reflexão libidinal nos representantes do povo. O presidente do Comitê das Forças Armadas do Senado dos Estados Unidos, o senador Russell da Geórgia, ficou impressionado por este fato. Ele é citado dizendo:

Há algo na preparação para a destruição que leva os homens a serem mais descuidados em gastar dinheiro do que seriam se estivessem direcionados para fins construtivos. Por que é assim, não sei; mas tenho observado, ao longo de um período de quase trinta anos no Senado, que há algo sobre a compra de armas para matar, destruir, aniquilar cidades, e obliterar grandes sistemas de transporte que leva os homens a não contar o custo do dólar tanto quanto eles fazem quando pensam sobre casas próprias e o cuidado com a saúde dos seres humanos.²

Já argumentei em outro lugar a questão de como se poderia medir e comparar historicamente a agressão prevalente em uma sociedade específica; em vez de reafirmar o caso, quero agora me concentrar em diferentes aspectos, sobre as formas específicas em que a agressão hoje é liberada e satisfeita.

O mais revelador, e aquele que distingue a nova forma das formas tradicionais, é o que chamo de *satisfação e agressão tecnológica* (*technological aggression and satisfaction*). O fenômeno é rapidamente descrito: o ato de agressão é materialmente executado por um mecanismo com um alto nível de automatismo, muito mais poderoso do que o ser humano individual que o coloca e mantém em movimento, e determina o seu fim ou alvo. O caso mais extremo é o foguete ou míssil; o exemplo mais ordinário é o automóvel. Isto significa que a energia, o poder ativado e consumado é a energia mecânica, elétrica ou nuclear de “coisas” ao invés da energia instintiva de um ser humano. Agressão é, por assim dizer, transferida a partir de

² Citado em *The Nation*, 25 ago. 1962, p. 65-66, em artigo do Senador William Proxmire.

um sujeito a um objeto, ou ao menos “mediada” por um objeto, e o alvo é destruído por uma coisa em vez de por uma pessoa. Esta mudança na relação entre a energia humana e material, e entre a parte física e mental de agressão (homem torna-se o sujeito e agente de agressão em virtude de sua faculdade mental, em vez de faculdades físicas) também deve afetar a dinâmica mental. Submeto uma hipótese que é sugerida pela lógica interna do processo: com a “delegação” de destruição para uma coisa, ou grupo e sistema de coisas mais ou menos automatizados, a satisfação instintiva da pessoa humana é “interrompida”, reduzida, frustrada, “supersublimada” [*supersublimated*]. E tal frustração contribui para a repetição e a escalada: aumento da violência, da velocidade, o alcance ampliado. Ao mesmo tempo, a responsabilidade pessoal, a consciência e o sentimento de culpa são enfraquecidos, ou melhor, tornam-se difusos, deslocados do contexto real em que a agressão foi cometida (por exemplo, bombardeios), e realocam-se a um contexto mais ou menos inócuo (indelicadeza, insuficiência sexual, etc.). Nesta reação, o efeito é também um enfraquecimento considerável do sentimento de culpa, e a defesa (ódio, ressentimento) também é redirecionada a partir do sujeito responsável real (o oficial comandante, o governo) para uma pessoa substituta: não fui eu, uma pessoa moral e fisicamente atuante, quem fez isso, mas a coisa, a máquina. A máquina: a palavra sugere que um aparato que consiste em seres humanos pode ser substituído pelo aparato mecânico: a burocracia, a administração, o partido ou organização é o agente responsável: Eu, o indivíduo, fui apenas instrumentalizado. E como um instrumento não pode, em qualquer sentido moral, ser responsável ou estar em um estado de culpa. Desta forma, mais uma barreira contra a agressão que a civilização tinha erguido em um processo longo e violento de disciplina é removida. E a expansão do capitalismo avançado torna-se envolvida numa dialética

psíquica fatal que participa e impulsiona sua dinâmica econômica e política: quanto mais poderosa e “tecnológica” a agressão se torna, menos ela está apta a satisfazer e pacificar os impulsos primários, e mais ela tende a repetição e a escalada.

Certamente, a utilização de instrumentos de agressão é tão antiga quanto a própria civilização, mas há uma diferença decisiva entre a agressão tecnológica e as formas mais primitivas. Estas últimas não apenas quantitativamente diferentes (mais fracas): que requeriam a ativação e *engajamento* do corpo até um grau muito mais alto do que os instrumentos automáticos ou semi-automáticos de agressão. A faca, a “marreta”, mesmo o revólver são muito mais “parte” do indivíduo que os utiliza e eles o relacionam mais proximamente com o seu alvo. Além disso, e mais importante, o seu uso, a menos que efetivamente sublimado e a serviço dos instintos de vida (como no caso do cirurgião, agregado familiar, etc.), é criminoso – crime individual – e, como tal, sujeito a punição severa. Em contraste, a agressão tecnológica não é um crime. O motorista em alta velocidade de um automóvel ou barco a motor não é chamado de assassino mesmo se ele o for; e, certamente, os engenheiros de lançamentos de mísseis não são.

A agressão tecnológica libera uma dinâmica mental que agrega as tendências destrutivas anti-eróticas, do complexo puritano. Os novos modos de agressão destroem sem ficar com as mãos sujas, o corpo sujo, a mente incriminada. O assassino continua limpo, tanto física quanto mentalmente. A pureza do seu trabalho mortal obtém sanção adicional se for dirigida contra o inimigo nacional no interesse nacional.

O artigo de capa (anônimo) da revista *Les Temps Modernes* (de janeiro de 1966) liga a guerra do Vietnã com a tradição puritana nos Estados Unidos. A imagem do inimigo é aquela de sujeira em suas

formas mais repugnantes; a selva imunda é o seu habitat natural, estripação e decapitação são as suas formas naturais de ação. Consequentemente, o incêndio de seu abrigo, o desfolhamento e o envenenamento de seus alimentos não são apenas operações estratégicas, mas também morais: a remoção de sujeira contagiosa, abrindo caminho para a ordem da justiça e da higiene política. E a purificação em massa da boa consciência de todas as inibições racionais leva à atrofia da última rebelião da sanidade contra o hospício: nenhuma sátira, nenhum ridículo acomete os moralistas que organizam e defendem o crime. Assim, um deles pode, sem se tornar motivo de chacota, louvar publicamente como “o maior desempenho na história da nossa nação” o fato histórico do país mais rico, mais poderoso e mais avançado do mundo lançar a força destrutiva da sua superioridade técnica em um dos países mais pobres, mais fracos e mais indefesos do mundo. O declínio da responsabilidade e da culpa, a sua absorção pelo aparelho técnico e político onipotente também tende a invalidar outros valores que deveriam conter e sublimar a agressão. Enquanto a militarização da sociedade continua a ser a manifestação mais visível e destrutiva dessa tendência, os seus efeitos menos ostensivos na dimensão cultural não devem ser minimizados. Um desses efeitos é a desintegração do valor da *verdade*. Os meios de comunicação desfrutam de uma grande falta de compromisso com a verdade, e de uma forma muito especial. O ponto não é que a mídia minta (“mentira” pressupõe compromisso com a verdade), eles preferem misturar verdade e meia-verdade com a omissão, reportagens factuais com comentários e avaliações, informações com publicidade e propaganda – tudo isso transformado em uma totalidade esmagadora através da editoração. As verdades editorialmente desagradáveis (e quantas das verdades mais decisivas não são desagradáveis?) retiram-se para as entrelinhas, ou se

escondem, ou se misturam harmoniosamente com absurdo, com o divertido, e as assim chamadas “histórias de interesse humano”. E o consumidor é prontamente inclinado a achar tudo isso muito natural – ele aceita isso mesmo que saiba mais. Agora, o compromisso com a verdade sempre foi precário, protegido por fortes ressalvas, suspenso ou suprimido – é apenas no contexto da ativação geral e democrática de agressividade que a desvalorização da verdade assume um significado especial. Pois a verdade é um valor em sentido estrito na medida em que serve a proteção e a melhoria da vida, como um guia na luta do homem com a natureza e consigo mesmo, com sua própria fraqueza e de sua própria destruição. Nesta função, a verdade é realmente uma questão dos instintos de vida sublimados, Eros, uma questão da inteligência tornando-se responsável e autônoma, esforçando-se para libertar a vida da dependência de forças indomáveis e repressivas. E com relação a esta função protetora e libertadora da verdade, sua desvalorização remove uma barreira eficaz contra a destruição.

O avanço da agressão sobre o domínio dos instintos de vida também desvaloriza a dimensão estética. Em *Eros e Civilização* tentei mostrar o componente erótico nesta dimensão. Não funcionais, ou seja, não comprometidos com o funcionamento de uma sociedade repressiva, os valores estéticos têm sido fortes protetores de Eros na civilização. A natureza é parte desta dimensão. Eros procura, em formas polimórficas, seu próprio mundo sensível de realização, seu próprio ambiente “natural”. Mas só em um mundo protegido – protegido do cotidiano de negócios, do ruído, das multidões, do desperdício, só assim ele pode satisfazer a necessidade biológica para a felicidade. As práticas comerciais agressivas que transformam até mesmo os espaços de proteção natural em meios para finalidades

comerciais e de entretenimento não apenas ofendem dessa forma a beleza – elas reprimem as necessidades biológicas.

Uma vez que estejamos de acordo em discutir a hipótese de que, nas sociedades industriais avançadas, uma mais-agressão é liberada em um comportamento em larga medida insuspeito e “normal”, poderemos observá-la mesmo em áreas que são muito distantes das manifestações mais familiares de agressão, por exemplo, no estilo de publicidade e de notícias praticado pelos meios de comunicação. Uma característica é a repetição permanente: o mesmo comercial com o mesmo texto ou imagem transmitida ou televisionada várias vezes; as mesmas frases e clichês lançados pelos fornecedores e fabricantes de informações repetidas vezes; os mesmos programas e plataformas professados pelos políticos repetidamente. Freud chegou ao seu conceito de instinto de morte no contexto de sua análise da “compulsão à repetição”: ele associava ao instinto de morte à busca por um estado de inércia completa, ausência de tensão, retornar ao útero, aniquilação. Hitler conhecia bem a função extrema da repetição: a maior mentira, muitas vezes repetida, será posta em prática e aceita como verdade. Mesmo em seu uso menos extremo, a repetição constante, imposta mais ou menos em um público cativo, pode ser destrutiva: destruir a autonomia mental, liberdade de pensamento e responsabilidade e impelir à inércia, à submissão, à rejeição de mudança. A sociedade estabelecida, mestra da repetição, torna-se o grande útero para os seus cidadãos. Certamente, esta estrada para inércia e esta redução de tensão é uma das principais e insatisfatórias formas de sublimação: ela não conduz a um nirvana de satisfação instintivo. No entanto, ela pode muito bem reduzir o estresse da inteligência, a dor e a tensão que acompanham a atividade mental autônoma –, assim, ela pode ser uma agressão efectiva contra a mente em suas funções socialmente perturbadoras, críticas.

Estas são hipóteses altamente especulativas sobre o caráter social e mentalmente fatal da agressão em nossa sociedade. Agressão é (na maioria dos casos) destrutividade socialmente útil – e ainda fatal por causa de seu escopo e caráter auto propulsor. A este respeito também, a agressividade é mal sublimada e não muito satisfeita. Se a teoria de Freud está correta e o impulso destrutivo busca a aniquilação da própria vida do indivíduo, não importando quantos ‘desvios’ ele tem que fazer em outras vidas e alvos, então podemos realmente falar de uma tendência suicida em uma escala verdadeiramente social, e o jogo nacional e internacional de destruição total pode muito bem ter encontrado uma base firme na estrutura instintiva dos indivíduos.

Texto original: MARCUSE, Herbert. “Aggressiveness in Advanced Industrial Societies”. In: *Negations: Essays in Critical Theory*. London: Mayfly Books, 2009 [1968], p. 187-202.

Tradução para a língua portuguesa publicada com a permissão de Peter Marcuse, executor do *Literary Estate of Herbert Marcuse*, que detém todos os direitos para futuras publicações.

Materiais suplementares de trabalhos anteriormente não publicados de Herbert Marcuse, muitos dos quais se encontram na biblioteca da Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt/Main, foram publicados pela editora Routledge (Inglaterra) em uma série de seis volumes editada por Douglas Kellner, e pela editora zu Klampen (Alemanha) em uma série editada por Peter-Erwin Jansen.